

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O MANAUSPREV, gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, criado pelo Município de Manaus, através da Lei N.º 870, de 21 de julho de 2005 como Serviço Social Autônomo, alterada pela Lei N.º 1.197, de 31 de dezembro de 2007, Lei N.º 1.312, de 21 de janeiro de 2009, Lei N.º 1.346, de 07 de julho de 2009, Lei n.º 1.120 de 15 de Maio de 2007, Lei n.º 1.593, de 27 de Setembro de 2011 e acrescentada pela Lei n.º 1.453 de 26 de Abril de 2010, tendo sido aprovado seu Estatuto pelo Dec. N.º 8069, de 13/09/2005, alterado pelo Dec. N.º 9.840 de 19 de dezembro de 2008.

A Manaus Previdência – MANAUSPREV foi criada como Autarquia pela Lei n.º 1.803, de 29 de Novembro de 2013, com início de suas atividades a partir de 02 de Janeiro de 2014. Integrante da Administração Indireta da Prefeitura de Manaus é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com objetivo de gerir o RPPS dos Servidores Públicos do Município de Manaus. Com a mudança de natureza jurídica, a Lei n.º 870/2005 foi alterada pela Lei n.º 1.804, de 29 de Novembro de 2013, permanecendo com atribuições da gestão previdenciária municipal dos quais fazem parte a massa de servidores estatutários, seus dependentes e pensionistas, unidos pela data de ingresso ao serviço público, sendo divididos em dois grupos: Fundo Financeiro - FFIN cuja massa ingressou ao Município até 31/12/2003 e o Fundo Previdenciário - FPREV que incluem servidores efetivados a partir de 01/01/2004, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 041/2003.

I – Quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria compulsória;
- c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria por idade;

II – Quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

A Manaus Previdência - MANAUSPREV promove a administração e a aplicação de recursos, dos fundos FPREV, FFIN e FADM, cuja função e funcionamento estão descritos a seguir:

- **FPREV - Fundo Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus**, de natureza previdenciária, atenderá ao pagamento dos benefícios aos segurados e seus dependentes, que ingressarem após a data de publicação da Emenda Constitucional N.º 41/2003;

- **FFIN - Fundo Financeiro de Aposentadoria e Pensões do Município de Manaus** atenderá ao pagamento dos benefícios dos segurados e seus dependentes que, na data de publicação da Emenda Constitucional N.º 41/2003, forem inativos ou ativos.
- **FADM – Fundo Administrativo** atende à Portaria MPS 4.992/1999 art.17, § 3º, alterada pela Portaria MPS 1.348/2005, art.1º, que objetiva a manutenção das atividades administrativa intitulada Taxa de Administração que discrimina o limite de até 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados do RPPS relativas ao exercício financeiro anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os novos procedimentos contábeis adotados no Brasil e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS – Autores Diana Vaz de Lima e Otoni Gonçalves Guimarães – 2009, Portaria MPS n.º. 916/2003 atualizada pelas Portarias/MPS N.ºs 1.768/2003, 66/2005 e 95/2007, trazendo a adequação dos procedimentos contábeis dos RPPS à Lei 4.320/1964, Portaria n.º 509/2013 e Portaria STN 634/2013, art.11, que dispõe sobre a adoção do Plano de Contas e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – PCASP e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP até o término do exercício de 2014. Ainda foram considerados como orientações o § 2º, art.3º da Portaria STN 634/2013, Nota Técnica Conjunta SPPS/MPS e STN/MF n.º 001/2014 e Nota Técnica n.º 11/2014/CCONF/SUCON/STN/MF-DF.

A partir do exercício 2013, esta Autarquia passou a utilizar o Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – MCASP em sistema contábil específico, já se organizando para o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, evidenciando o regime de competência para uma melhor visão patrimonialista.

A Manaus Previdência, desde 2010, utiliza o **Sistema Sisprev** que é específico para gestão de RPPS e que permite o armazenamento de dados de Ativos, Inativos e Pensionistas, no pagamento de benefícios previdenciários, dentre outras funcionalidades, atendendo as exigências legais. É uma ferramenta que permite o gerenciamento de todas as áreas e departamentos envolvidos na gestão de fundos individualizados através de um software com características de controle com segurança na gestão pública aplicada ao RPPS. Essas informações por fundos são necessárias para atender às exigências do Ministério de Previdência Social – MPS, conforme Portaria MPS 403/2008 – Art.21, § 2º, Portaria MPS 402/2008, Lei 9.717/2008, Lei Municipal 1.804/2013 e Portaria MPS 204/2008, artigo 5º, XVI, “h”, que dispõe dos documentos bimestrais obrigatórios ao MPS preenchido através do CADPREV/DIPR (sistema on-line), que especificam a questão dessa separação. O Sistema apresenta em módulos e um deles é o da Contabilidade que realiza controle da Lei Orçamentária Anual; Escrituração contábil (Padrão internacional); Lançamentos contábeis seguindo os padrões do PCASP; Controle de despesas administrativas; Demonstrativos contábeis exigidos pelo MPS; Demonstrativos contábeis conforme o MDCASP; Controle das contribuições previdenciárias por competência; Lançamentos automáticos por meio de integração com o SISPREV WEB; Envio de informações em meio eletrônico a diversos Tribunais de Contas.

Em 2014, a Manaus Previdência foi transformada em Autarquia, fazendo parte integrante da Administração Indireta e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Manaus, todos os dados contábeis foram lançados manualmente no Sistema de Administração Financeira – AFIM, pois não haver integração com o Sistema Sisprev.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

É previsto no Art.102 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e demonstram receitas estimadas e despesas fixadas (Resultante de autorização legislativa através da Lei Municipal n.º 1.830 de 30 de Dezembro de 2013, publicado do DOM 3321 – Edição Extra I – LOA 2014) em comparação às realizadas, respectivamente, evidenciando as receitas por categoria econômicas (Portaria STN n.º 437/2012) em confronto ao orçamento inicial e as alterações de execução demonstrando previsão inicial, atualizada, realizada e o saldo a realizar e as despesas que são apresentadas também por categorias econômicas (Portaria STN n.º 437/2012) demonstrando dotação inicial, atualizada, realizada e saldo de dotação. O resultado dessas diferenças entre receitas e despesas fixadas e executadas apresenta o seguinte resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (receita menor que despesa).

As receitas orçamentárias são caracterizadas em conformidade ao Art.11 da Lei 4.320/64 e registradas através do regime de caixa, realizadas quando de sua efetiva arrecadação, art.35 da Lei 4.320/64.

As despesas são registradas em regime de competência sendo realizadas quando do seu empenho, art.35 da Lei 4.320/64. São apresentadas por valores empenhados no exercício. Ambas apresentam valores em moeda original do ano de realização, expressas em reais.

Esta Manaus Previdência apura em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

- a) Foi realizada uma provisão orçamentária na Lei Orçamentária Anual – LOA no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) referente a fonte 100 (Recursos Ordinários) destinados à cobertura dos pagamentos (Aporte de Recursos) dos aposentados e pensionistas que compõem a massa dos servidores do Fundo Financeiro, admitidos até 31/12/2003. Esses recursos recebidos não são contabilizados como receita orçamentária do RPPS gerando um aparente desequilíbrio nas demonstrações contábeis.
- b) Um excesso de arrecadação no valor de R\$ 117.136.512,00 (Cento e dezessete milhões, cento e trinta e seis mil, quinhentos e doze reais) calculado pela diferença entre o total da receita arrecadada de R\$ 314.491.512,00 (Trezentos e quatorze milhões, quatrocentos e noventa e um mil, quinhentos e doze reais) e a receita atualizada que é de R\$ 197.355.000,00 (Cento e noventa e sete milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil reais).
- c) Uma economia de dotação de R\$ 73.220.618,24 (Setenta e três milhões, duzentos e vinte mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos) calculada pela diferença entre a dotação

atualizada no valor de R\$ 248.114.887,22 (Duzentos e quarenta e oito milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) e despesa empenhada no valor de R\$ 174.894.268,98 (cento e setenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos).

O resultado apurando constante neste Anexo 12 é um superávit orçamentário de R\$ 139.597.243,02 (Cento e trinta e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e dois centavos), obtido pela diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012, e apresentam Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extraorçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte. E também, Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispêndios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do exercício, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

Em análise ao Anexo 13 apura-se uma variação a menor no valor de R\$ 429.696.182,77 (Quatrocentos e vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) em virtude da reclassificação contábil das contas de investimentos de Curto para Longo Prazo após estudo realizado pela Superintendência de Investimentos – SUPINV e solicitação descrita na Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Manaus Previdência na data de 24 de Fevereiro de 2014. Entretanto, se a mesma metodologia adotada em 2013 permanecesse aplicada em 2014, a variação positiva seria de R\$ 153.980.382,24 (Cento e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos) uma vez que os investimentos de Curto e Longo prazo apresentam um saldo financeiro de R\$ 656.717.996,59 (Seiscentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) findo exercício desta prestação de contas.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art.105 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

3.3.1. ATIVO CIRCULANTE

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2014	2013
FUNDO PREVIDENCIÁRIO	9.113,44	72.947,76
FUNDO FINANCEIRO	1.163,67	2.192,74
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.871,03	9.256,68
TOTAL	12.148,14	84.397,18

MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV

C.N.P.J. n.º 07.637.990/0001-12

Demonstram recursos disponíveis em bancos (conta corrente) para livre movimentação.

CRÉDITOS	2013	2013
Créditos a Receber a Curto Prazo	31.929.968,08	23.496.766,19
Créditos Previdenciários Inscritos	31.929.968,08	15.221.853,67
Aporte de Recursos – FFIN	-	8.274.912,52
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	112.000,00	64.000,00
Aluguéis	112.000,00	64.000,00
Créditos a Receber a Longo Prazo	-	4.713.577,43
Ações Judiciais em Tramitação Regular	-	4.713.577,43
TOTAL	32.041.968,08	28.274.343,62

Incluem nesta conta valores a receber conforme abaixo:

- a) **Créditos Previdenciários Inscritos:** Valores das Contribuições Previdenciárias inscritas pelo regime da competência e que se refere a Dezembro/2014 e 13º Salário que deverão ser repassadas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, conforme art.19 §1º da Lei Municipal nº1.346/2009;
- b) **Aluguéis:** Inscrição de crédito a Receber do Contrato de aluguel do Edifício Garagem – Parte Mezanino junto a SEMTRAD – Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social/SINE no valor mensal de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). Valores registrados referem-se a 07 (sete) meses;

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES CP	2014	2013
FUNDO FINANCEIRO	3.221.521,21	12.116.801,02
Curto Prazo	3.221.521,21	12.116.801,02
FUNDO PREVIDENCIÁRIO	63.987.971,08	484.008.235,89
Curto Prazo	63.987.971,08	484.008.235,89
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	5.904.188,33	6.612.577,44
Curto Prazo	5.904.188,33	6.612.577,44
TOTAL	73.113.680,62	502.737.614,35

Os Investimentos e Aplicações apresentam, contabilmente, as posições das carteiras de ativos desta Manaus Previdência através dos saldos das aplicações financeiras de curto prazo, em conformidade com a Resolução n.º 3.922/2010 e Resolução a 4.392/2014. Os Fundos Financeiros e Previdenciários tiveram uma rentabilidade bem próxima ao CDI ao longo do ano de 2014, ou seja, conseguiram acompanhar o aumento da taxa básica de juros brasileira (SELIC) que saiu de 7,5% em abril para 11,75% no final do exercício de 2014. Esse aumento ocorreu para conter a inflação brasileira que fechou o exercício bem próximo ao limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. E o Fundo Administrativo possui, também, aplicações em fundos que acompanham o CDI, mas possuem uma parte de seus investimentos em fundo

IMA-B que possuem títulos indexados à inflação. Por conta da alta volatilidade do mercado brasileiro e da expressiva alta da inflação em 2014, esses fundos conseguiram fechar o exercício com uma rentabilidade superior ao CDI.

As alocações de curto prazo foram feitas de acordo com a Política de Investimentos de 2014 e com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº3922/2010. Devido às grandes incertezas quanto à economia brasileira e por ser um ano eleitoral, as novas alocações de curto prazo foram feitas apenas em fundos DI.

ESTOQUE	2014	2013
Estoques Internos – Almoxarifado	49.050,80	18.525,50
TOTAL	49.050,80	18.525,50

O saldo dos valores de materiais no almoxarifado destinados ao consumo interno desta Manaus Previdência alcançou, em 2014, o montante de R\$ 49.050,80 (Quarenta e nove mil, cinquenta reais e oitenta centavos) e o método utilizado para mensuração e avaliação de saídas do estoque é preço médio ponderado, conforme Lei 4.320/64 e Resolução CFC 1.137/08 onde aprova a NBTC 16.10.

3.3.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

INVESTIMENTOS DO RPPS A LONGO PRAZO	2014	2013
Títulos e Valores Mobiliários	583.604.315,97	-
Investimentos - Longo Prazo	583.604.315,97	-
Aplicação em Segmento de Imóvel	13.000.000,00	12.940.000,00
Imóvel – Rua Luiz Antony	1.000.000,00	990.000,00
Imóvel – Edifício Garagem	12.000.000,00	11.950.000,00

- a) Os Investimentos e Aplicações apresentam, contabilmente, as posições das carteiras de ativos desta Manaus Previdência através dos saldos das aplicações financeiras de longo prazo, em conformidade a Resolução n.º 3.922/2010 e Resolução 4.392/2014. As novas aplicações em fundos de longo prazo foram feitas em sua maioria em Fundos IMA-B5, o que deixou a carteira mais conservadora diminuindo a sua volatilidade, já que os fundos IMA-B5, por terem títulos públicos federais indexados à inflação com vencimento máximo de cinco anos, possuem uma volatilidade bem menor que os fundos IMA-B em momentos de incertezas. De acordo com esse pensamento de diminuir a volatilidade e seguindo a sugestão da Risk Office que é uma consultoria independente cujo objetivo é a prestação de serviços em gestão de riscos financeiros e operacionais, o Comitê de Investimento desta autarquia decidiu diminuir sua posição em fundos IMA-B e transferir esse valor para os fundos, também indexados à inflação, os IMA-B5. Já a parte de renda variável oscilou em função das condições econômicas e políticas do Brasil. Os fundos de longo prazo, dos quais se esperam um retorno no período mínimo de dez anos, estão de acordo com a estudo atuarial do Instituto e sempre dentro das

MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV

C.N.P.J. n.º 07.637.990/0001-12

normas estabelecidas pela Resolução nº3922/2010, pela Resolução 4.392/2014 e pela Política de Investimentos de 2014 desta Manaus Previdência, aprovada pelo Conselho Fiscal e Conselho Municipal de Previdência.

- b) Incluem os Bens Imóveis para Investimento, produtos decorrentes de Doações efetivadas pelo IMPAS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais), imóvel localizado à Rua Luiz Antony, e IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano, no valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais), Imóvel Edifício Garagem, e reavaliados por Empresa Especializada (de acordo com a Portaria MPS nº 402 de 10 de dezembro de 2008, art.16).

IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS E BENS INTANGÍVEIS	Taxa de Depreciação	Vida Útil	Valor Residual	Custo líquido 2014	Custo líquido 2013
Aparelhos de Comunicação	20%	10	10%	13.397,60	13.397,60
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10%	10	10%	61.430,05	61.430,05
Coleções e Mat.Bibliográficos	-	10	10%	6.227,42	5.531,07
Equip. de Proteção, Seg. e Socorro	10%	10	10%	16.935,65	16.935,65
Equip.Hidráulicos e Elétricos	10%	10	10%	22.778,45	22.778,45
Equip.para Áudio, Vídeo e Foto	10%	10	10%	23.075,40	23.075,40
Equipamento de Proc.de Dados	10%	5	5%	625.810,20	617.830,20
Máquinas e Equip.Gráficos	10%	15	15%	14.967,90	14.967,90
Máquinas, Utens.e Equip.Diversos	10%	10	10%	50.318,64	50.318,64
Máquinas, Inst.e Utens.de Escritório	10%	10	10%	34.941,38	34.941,38
Mobiliário em Geral	10%	10	10%	776.103,15	273.010,15
Softwares	10%	10	10%	2.533.423,50	2.455.000,00
Total dos Bens Móveis	-	-	-	4.179.409,34	3.589.216,49
DEPRECIÇÃO					
Depreciações Acumuladas	-	-	-	(777.988,20)	(611.104,54)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	-	-	-	3.401.421,14	2.978.111,95

São bens corpóreos adquiridos para manutenção da entidade. Apresenta, para fins de cálculo de depreciação, a partir de 2014, o mesmo método linear em conformidade ao Decreto Municipal n.º 2.795/2014 e Orientação Contábil n.º 01/2011-SEMEF.

IMOBILIZADO – BEM IMÓVEL	2014	2013
Terrenos	8.100.000,00	7.650.000,00
Edifícios	4.996.626,70	4.672.000,00
TOTAL	13.096.626,70	12.322.000,00

MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV

C.N.P.J. n.º 07.637.990/0001-12

O Terreno adquirido em 2010, para Construção e Ampliação da nova sede da Manaus Previdência - MANAUSPREV no valor de R\$ 7.430.000,00 (Sete milhões e quatrocentos e trinta mil reais). A construção da nova sede desta Autarquia foi realizada pela empresa Construtora Almeida Ltda. e reavaliados por Empresa Especializada (de acordo com a Portaria MPS nº 402 de 10 de dezembro de 2008, art.16).

3.3.3. PASSIVO CIRCULANTE

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	2014	2013
Fornecedores e Contas a Pagar	173.680,59	2.129.471,87
Restos a Pagar Processados		777.301,28
Restos a Pagar Processados/2012	-	16.238,57
Restos a Pagar Processados/2013	-	761.062,71
Restos a Pagar Processados/2014	173.680,59	-
Depósitos / Consignações	109.236,03	878.789,45
Consignações	101.732,85	871.286,27
Depósitos e Cauções	415,97	415,97
Outros Valores Restituíveis	7.087,21	7.087,21
TOTAL	282.916,62	1.656.090,73

- Fornecedores e Contas a Pagar apresentam obrigações a pagar assumidas com fornecedores, empresas concessionárias de serviços públicos, obrigações de férias de colaboradores, diárias e pagamento de aposentadoria (por decisão do TCE/AM).
- Depósitos/Consignações são valores de impostos e encargos sociais a recolher obedecendo ao princípio da competência e valores de exercícios anteriores.

3.3.4. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVID.	2014	2013
Provisões Matemáticas Previdenciárias	701.771.516,96	551.644.778,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	701.771.516,96	551.644.778,00

A Manaus Previdência - MANAUSPREV, registrou no ano-calendário de 2014 a totalidade das provisões matemáticas previdenciárias do FPREV - Fundo Previdenciário e FFIN - Fundo Financeiro com base no resultado da Avaliação Atuarial, elaborada pela Empresa BRASILIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV

C.N.P.J. n.º 07.637.990/0001-12

PROVISÕES DE PERDAS			
Perda Provável	DESCRIÇÃO	2014	2013
0 a 40%	Ações Judiciais em Tramitação Regular	1.644.809,13	245.142,81
50%	Ações Judiciais em Tramitação Regular	565.767,58	434.632,78
60 a 100%	Ações Judiciais em Tramitação Regular	569.001,42	366.660,28
TOTAL		2.779.578,13	R\$ 1.046.435,87

Os valores que referem-se a processos judiciais em que a Manaus Previdência - MANAUSPREV faz parte integrando o pólo passivo da ação. Ou seja, trata-se de valores cujos segurados pretendem receber a título de concessão e revisão de benefícios previdenciários bem como pagamentos retroativos. Tais valores estão sendo discutidos judicialmente e podem ser despendida ou não pela MANAUSPREV, conforme probabilidade de perda contida na tabela.

3.3.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RESERVAS	2014	2013
Constituição de Reserva 2013	-	8.971.494,12
Constituição de Reserva 2014	4.022.669,99	-
Total	4.022.669,99	8.971.494,12

Reservas constituídas com as sobras do custeio administrativo (Taxa de Administração) para a realização de despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, conforme disposto no Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS/MPS e Portaria 402/2008, art.15 - III.

RESULTADOS ACUMULADOS	2014	2013
Superávit / Déficit Patrimonial do Exercício	4.454.841,46	(2.100.331,27)
Superávit / Déficit Patrimonial dos Exerc. Anteriores	5.007.688,29	(1.863.474,56)
Superávit/Déficit Acumulado	9.462.529,75	(3.963.805,83)

Apresenta a situação patrimonial líquida desta Manaus Previdência já refletida a Avaliação Atuarial com seus direitos e os custos dos Planos de Benefícios a valor presente em contrapartida as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

3.3.6. QUADRO ANEXO AO BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV

C.N.P.J. n.º 07.637.990/0001-12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	2014
ATIVO FINANCEIRO	73.125.828,76
PASSIVO FINANCEIRO	679.588,87
Superávit Acumulado	72.446.239,89

Em cumprimento ao § 2º, art.43 da Lei 4.320/64, para fins de abertura de crédito adicional para o exercício seguinte foi apurado um Superávit Financeiro no valor de R\$ 72.446.239,89 (Setenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos) calculado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É previsto no art.104 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e demonstram as alterações realizadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Sendo assim, em análise ao Anexo 15 é importante ressaltar um resultado positivo em relação ao exercício de 2013.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2014	2013
Total Patrimonial do Período	8.477.511,45	(167.795.962,74)

MANAUS (AM), 31 DE DEZEMBRO DE 2014.**CRISTIANE MARCELA MOURA DE SÁ**
CRC/AM 011713/O-2**MARCELO MAGALDI ALVES**
Diretor-Presidente